

O RAID DOS JANGADEIROS NEGROS CEARENSES EM ÉPOCA DA LEI AFONSO ARINOS (1951)

Talia Alves¹
Arlison Gomes²

RESUMO

O raid dos jangadeiros cearenses é descrito por Berenice Abreu de Castro Neves (2007), como uma viagem que ocorreu em outubro de 1951, realizada por cinco tripulantes a bordo da jangada “Nossa Senhora da Assunção”, estes jangadeiros partem do litoral cearense rumo a Porto Alegre para fazer reivindicações em busca de melhorias e direitos trabalhistas para a classe, sendo o objetivo final da viagem, segundo relatos dos próprios jangadeiros, cobrar o cumprimento das promessas feitas pelo presidente da república Getúlio Vargas na década anterior. No mesmo ano, em julho de 1951, é homologada no Brasil a Lei 1390/51 conhecida como Lei Afonso Arinos que reconhece a existência da discriminação racial como uma contravenção penal. O objetivo geral da pesquisa é compreender, a partir da visibilidade dos jangadeiros, fenotipicamente negros, como era atribuída a noção de raça nas relações raciais do estado do Ceará, entre as décadas de 1940 e 1950, do Estado Novo à ascensão do Trabalhismo, contexto de publicação da Lei Afonso Arinos e de realização do raid. Portanto, a pesquisa em questão foi realizada, de forma presencial, na biblioteca estadual do Ceará e, de forma virtual, na biblioteca nacional digital do Brasil. O projeto em questão buscava através das pesquisas analisar as obras e impressos jornalísticos da época para compreender como a imprensa identificava racialmente os jangadeiros, se havia relação da Lei Afonso Arinos com o raid dos jangadeiros, se sim, quais? Como se davam as relações raciais a nível estadual, nacional e internacional nos registros jornalísticos da época? Com este questionamento analisou-se os jornais impressos na época a fim de interpretar o problema.

Palavras-chave: Raid; Jangadeiros; Lei Afonso Arinos; Impressos Jornalísticos.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus do Palmares, Discente, alvestallia42@gmail.com¹
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus do Palmares, Docente, arilsondsg@unilab.edu.br²

INTRODUÇÃO

Conforme Berenice Abreu de Castro Neves (2007), em outubro de 1951, os cinco tripulantes da jangada “Nossa Senhora da Assunção” partem do Ceará rumo a Porto Alegre, com o objetivo de cobrar o cumprimento das promessas feitas no raid (incursão ao mar) de 1941, por Getúlio Vargas, presidente da república na época. Naquele mesmo ano, três meses antes, em julho de 1951, o Brasil reconhece por meio de uma política pública, a Lei 1390/51 de 3 de julho de 1951, a existência da discriminação racial.

A Lei Afonso Arinos, primeira lei publicada no país de combate ao racismo, surgiu no contexto dos congressos organizados pelo Teatro Experimental do Negro, do Rio de Janeiro, que reivindicavam direitos sociais e o combate aos estigmas e as discriminações sofridas pelas populações negras. Entretanto, foi a partir de ações geradas por preconceitos raciais sofridos por estrangeiros no Brasil, que os políticos passaram a perceber a importante proposta efetuada pelos intelectuais do grupo, como uma forma de combater o preconceito racial na sociedade brasileira.

O recorte temporal deste trabalho é do ano de 1951, ano de promulgação da Lei 1390/51, que torna crime de contravenção penal o estabelecimento que recusasse hospedar, servir e atender negros até a repercussão midiática realizada por ocasião do segundo raid realizado pelos jangadeiros cearenses para cobrar os seus direitos para o então presidente Getúlio Vargas (1882-1954).

METODOLOGIA

Para a realização de tal pesquisa foi feita a introspecção historiográfica acerca da temática, a partir da leitura de artigos e visualização de documentários audiovisuais, em seguida partiu-se para análise de fontes imagéticas, de matérias impressas e virtuais em jornais.

Durante a análise historiográfica foram utilizadas as obras dos autores Edmar Morel, jornalista que acompanhou in loco o raid dos jangadeiros publicado no livro “Histórias de um repórter” (1999), o livro de Raimundo Caruso, intitulado, “As aventuras dos jangadeiros do nordeste”, publicado em (2004) e os trabalhos da pesquisadora Berenice Abreu de Castro Neves. Sua tese de doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense (2007) e um artigo recente publicado na revista Antropologia e Etnologia (2020).

Finalizado o período de análise historiográfica, iniciou-se a pesquisa em acervo cujo foco era examinar as matérias jornalísticas publicadas entre os anos de 1941 e 1951 que tiveram o raid dos jangadeiros como matéria e a Lei Afonso Arinos, de 1951.

Por meio do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2009), nos seus aspectos qualitativos, tendo como corpus documental as obras citadas, verificou-se como os autores (as) abordaram a identidade racial dos jangadeiros, desde a década de 1940 e 1950, a partir das perspectivas dos intelectuais citados anteriormente.

Impressos importantes para a pesquisa foram localizados na Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Espaço que condiciona os acervos dos periódicos que circularam no período delimitado, como O Povo, Unitário, Correio do Ceará, Gazeta do Ceará, O Nordeste e O Estado.

Ainda com o propósito de localizar notícias sobre o raid de 1951 e matérias que tiveram como tema o racismo e a discriminação racial, no recorte temporal delimitado, foram analisadas nos seguintes impressos: Jornal do Brasil, A Manhã, Diário da Noite, O Radical e além da Revista do Globo. Suas consultas foram realizadas nas plataformas digitais da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital e Acervo Digital) e na Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS. Utilizou-se por tanto, nessas plataformas termos de busca:

“jangadeiros”, “racismo”, “discriminação racial” e “Afonso Arinos”.

Em tais fontes anunciadas, também foram analisadas as fotografias dos jangadeiros, na qual observou-se as características fenotípicas destes sujeitos (cor da pele e demais traços raciais). De acordo com Miriam Moreira Leite (1993) as imagens são representações aguardando um leitor que as decifre. Portanto, a utilização das imagens na realização da pesquisa demonstra um estudo comparativo dos sistemas de símbolos e significados da linguagem fotográfica a partir de aspectos visualizáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas pesquisas em acervo foram registradas e catalogadas matérias jornalísticas dos jornais Diário do povo, O estado e Gazeta de notícias que noticiavam principalmente o raid dos jangadeiros e discussões voltadas às questões etno-raciais, com o mesmo objetivo foram analisados os jornais O Amanhã, Jornal do Brasil, Diário do norte e O radical nas plataformas digitais. As notícias destacadas em tais jornais se voltavam em sua maioria para narrar a trajetória dos jangadeiros e o raid como um ato heróico da classe.

Diante do retomo período de finalização da pesquisa, os resultados observados se voltam principalmente para a contribuição na produção de conhecimentos históricos acerca do raid dos jangadeiros cearenses e discussões relevantes acerca do debate das questões étnico raciais. Todavia ressalta-se que a produção de materiais escritos como artigos e textos resultantes da pesquisa ainda estão em andamento.

CONCLUSÕES

A partir da realização da pesquisa, concluiu-se que os impressos jornalísticos não chegaram a mencionar ou dar ênfase à identidade racial dos jangadeiros assim como aparentemente, e de acordo com tais fontes, não houve ligação direta do raid de 1951 com a criação da lei Afonso Arinos.

Os impressos não chegavam a pautar os conflitos raciais envolvendo cidadãos brasileiros em território nacional, o debate racial pautado nos jornais da época muito se voltavam a realidade racial nos EUA ou a acontecimentos relacionados ao eixo Rio de Janeiro e São Paulo, como evidenciou-se em matérias feitas pelo Diário do Povo e O estado (1951), porém não foi localizado nos jornais fatos ocorridos no Ceará, como se não existisse no estado racismo, negritude ou uma identidade negra assertiva elaborada pelos próprios sujeitos negros cearenses.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Unilab pelo financiamento da pesquisa intitulada O raid dos jangadeiros cearenses negros em época da Lei Afonso Arinos (1951), executada entre outubro de 2021 e setembro de 2022, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.

CARUSO, Raimundo. Aventuras dos jangadeiros do Nordeste. Florianópolis: Panam, 2004.

LEITE, Miriam Moreira. A imagem através de palavras. In: Retratos de família. São Paulo: Edusp, 1993.

MOREL, Edmar. Histórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1999.

NEVES. Berenice Abreu de Castro. O raid da jangada de São Pedro: pescadores, estado novo e luta por direitos. Tese em História PPGH-UFF, 2007.

NEVES. Berenice Abreu de Castro. Os jangadeiros de Vargas: reflexões acerca das viagens reivindicatórias de jangadeiros cearenses. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH - São Paulo, julho 2011.

_____. A aventura como ação política: as viagens jangadeiras das décadas de 1940 e 1950. Revista Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 2020, volume 60, 2020.